

PORTARIA Nº 7.864/CGJ/23 - TABELA DE EMOLUMENTOS - EXERCÍCIO 2024

(a que se refere o § 1º do art. 2º da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, atualizado nos termos do caput do art. 50 da mesma lei, e observado o disposto no § 2º do mesmo artigo)

Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas

	Emolumentos brutos (B/C do recompe-MG)	ISSQN 5% sobre emolumentos líquidos	Taxa de fiscalização judiciária	Valor final para o usuário
1 - Atos do Tabelião de notas				
1 - Aprovação de testamento cerrado	R\$ 454.87	R\$ 21.46	R\$143.06	R\$ 619.39
2 - Ata notarial, além da diligência, se for o caso, e dos arquivamentos				
2.1 - Até duas folhas	R\$151.54	R\$ 7.15	R\$ 47.64	R\$ 206.33
2.1.1 - Por folha acrescida	R\$ 7.80	R\$ 0.37	R\$ 2.42	R\$ 10.59
2.2 - Para fins de usucapião extrajudicial (inciso V do parágrafo único do art. 234 do Provimento Nº 260/CGJ/2013. Vide inciso V do § 1º do art. 263 do Provimento Conjunto nº 93/2020) - os mesmos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela				
3 - Autenticação de cópia, por folha				
3.1 - Autenticação de documento eletrônico	R\$ 9.13	R\$ 0.43	R\$ 2.71	R\$12.27
3.2 - Autenticação digital	R\$ 9.13	R\$ 0.43	R\$ 2.71	R\$12.27
4 - Escritura pública (completa, compreendendo certificação ou transcrição de documentos e primeiro traslado)				
a) relativa a situação jurídica sem conteúdo financeiro	R\$ 50.57	R\$ 2.39	R\$ 15.91	R\$ 68.87
b) Relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro:				
até 1.400,00	R\$145.17	R\$ 6.85	R\$ 55.94	R\$ 207.96
de 1.400,01 até 2.720,00	R\$ 236.80	R\$ 11.17	R\$ 91.26	R\$ 339.23
de 2.720,01 até 5.440,00	R\$343.18	R\$16.19	R\$132.23	R\$491.60
de 5.440,01 até 7.000,00	R\$475.08	R\$22.41	R\$183.07	R\$680.56
de 7.000,01 até 14.000,00	R\$633.56	R\$29.88	R\$244.10	R\$907.54
de 14.000,01 até 28.000,00	R\$818.49	R\$38.61	R\$315.41	R\$1172.51
de 28.000,01 até 42.000,00	R\$1029.53	R\$48.56	R\$396.71	R\$1474.80
de 42.000,01 até 56.000,00	R\$1267.34	R\$59.78	R\$488.31	R\$1815.43
de 56.000,01 até 70.000,00	R\$1531.41	R\$72.24	R\$590.09	R\$2193.74
de 70.000,01 até 105.000,00	R\$1927.39	R\$90.92	R\$742.65	R\$2760.96
de 105.000,01 até 140.000,00	R\$2316.97	R\$109.29	R\$1076.61	R\$3502.87
de 140.000,01 até 175.000,00	R\$2477.65	R\$116.87	R\$1151.35	R\$3745.87
de 175.000,01 até 210.000,00	R\$2638.67	R\$124.47	R\$1226.17	R\$3989.31
de 210.000,01 até 280.000,00	R\$2800.13	R\$132.08	R\$1551.43	R\$4483.64
de 280.000,01 até 350.000,00	R\$2877.19	R\$135.72	R\$1594.25	R\$4607.16
de 350.000,01 até 420.000,00	R\$2954.68	R\$139.37	R\$1637.18	R\$4731.23
de 420.000,01 até 560.000,00	R\$3032.64	R\$143.05	R\$2003.80	R\$5179.49
de 560.000,01 até 700.000,00	R\$3199.21	R\$150.91	R\$2114.05	R\$5464.17
de 700.000,01 até 840.000,00	R\$3366.22	R\$158.78	R\$2224.41	R\$5749.41
de 840.000,01 até 1.120.000,00	R\$3533.82	R\$166.69	R\$2727.64	R\$6428.15
de 1.120.000,01 até 1.400.000,00	R\$3827.68	R\$180.55	R\$2954.57	R\$6962.80
de 1.400.000,01 até 1.680.000,00	R\$4122.09	R\$194.44	R\$3181.83	R\$7498.36
de 1.680.000,01 até 3.200.000,00	R\$4417.17	R\$208.36	R\$3409.48	R\$8035.01
acima de 3.200.000,00	R\$5521.65	R\$260.46	R\$4261.98	R\$10044.09
c) De aditamento, retificação, ratificação, bem como de alteração contratual sem conteúdo financeiro				
d) De alteração contratual com conteúdo financeiro - metade dos valores finais ao usuário previstos na alínea "b":	R\$ 30.07	R\$1.42	R\$ 9.45	R\$ 40.94
e) De convenção de condomínio				
e.1) Acréscimo por grupo de 6 (seis) unidades autônomas constantes de convenção	R\$ 37.59	R\$ 1.77	R\$ 11.83	R\$ 51.19
f) De procuração:				
f.1) Genérica, por outorgante, independentemente dos poderes conferidos e do número de outorgados	R\$ 47.81	R\$ 2.26	R\$ 15.05	R\$ 65.12
f.2) Para fins de previdência e assistência social, independentemente dos poderes conferidos e do número de outorgantes e outorgados	R\$ 25.41	R\$ 1.20	R\$ 7.98	R\$ 34.59
f.3) Em causa própria, para alienação de bens, os mesmos valores finais ao usuário previstos na alínea "b":				
f.4) Procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro	R\$ 151.54	R\$ 7.15	R\$ 47.63	R\$ 206.32
g) De substabelecimento de procuração				
h) De testamento	R\$ 31.88	R\$ 1.50	R\$ 10.03	R\$ 43.41
h.1) Testamento				
h.1.1) Testamento com conteúdo financeiro - metade dos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela, considerando a soma de todos os bens objetos da disposição de vontade	R\$ 303.33	R\$14.31	R\$ 95.39	R\$ 413.03
h.2) Testamento cerrado escrito pelo tabelião a rogo do testador	R\$ 606.65	R\$ 28.62	R\$190.78	R\$ 826.05
h.3) Revogação de testamento	R\$151.63	R\$ 7.15	R\$ 47.72	R\$ 206.50
i) Inventário				
i.1) Inventário sem conteúdo financeiro	R\$151.54	R\$ 7.15	R\$ 47.63	R\$ 206.32
i.2) Inventário com conteúdo financeiro, excluída a meação - os mesmos valores finais aos usuários previstos na alínea "b" do número 4				
j) Pacto antenupcial, emancipação, nomeação de inventariante, separação, divórcio, conversão de separação em divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal, união estável e sua dissolução, declaratória unilateral de convivência ou de término de convivência para fins de comprovação de data	R\$ 454.87	R\$ 21.46	R\$143.04	R\$ 619.37
j.1) Quando houver excedente de meação, acrescentar os mesmos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela				
5 - Reconhecimento de firma:				
a) Por assinatura	R\$ 7.80	R\$ 0.37	R\$ 2.42	R\$10.59
b) Pela confecção e guarda do cartão ou ficha de assinatura	R\$ 7.80	R\$ 0.37	R\$ 2.42	R\$10.59
6 - Reconhecimento de assinatura em meio eletrônico - os mesmos valores finais ao usuário previsto no item 5, alínea "a" desta tabela.				
AEV	R\$ 7.80	R\$ 0.37	R\$ 2.42	R\$10.59
e-Not Assina	R\$ 7.80	R\$ 0.37	R\$ 2.42	R\$10.59
Nota I - Consideram-se escrituras com conteúdo financeiro aquelas referentes à transmissão, a qualquer título, da propriedade de bens ou direitos, ou do domínio útil.				
Nota II - Havendo, na escritura, mais de um contrato ou estipulação que, por sua autonomia, possa ser objeto de outra escritura, os valores serão cobrados separadamente.				
Nota III - Sendo objeto da escritura mais de uma unidade imobiliária, será considerado o valor de cada unidade para efeito de cobrança de emolumentos e respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária.				
Nota IV - À escritura de permuta aplicar-se-á o critério da alínea "b" do número 4 desta tabela em relação aos bens de cada permutante, fornecendo a serventia notarial os traslados necessários.				
Nota V - Nenhum acréscimo será devido quando houver, nos atos notariais, transcrição de alvará, de mandado, de guia de recolhimento de tributos, de certidões em geral, de procuração ou de qualquer outro documento.				
Nota VI - As intervenções do Ministério Público ou de terceiros, como também as anuências, desde que não impliquem outros atos, não autorizam nenhum acréscimo de emolumentos.				
Nota VII - Na hipótese de duas ou mais cópias de documentos em uma mesma folha, a cobrança de valores será feita em conformidade com o número de documentos contidos na folha, pois a cada documento reproduzido corresponderá um instrumento notarial de autenticação.				
Nota IX - Nas escrituras em que houver estipulação de pensão alimentícia, cotar-se-ão os emolumentos pelo valor equivalente a doze prestações e relativo a cada pensionista.				
Nota X - Na hipótese de reserva, instituição ou renúncia de usufruto, será considerada a terça parte do valor do imóvel, para efeito de enquadramento nesta tabela.				
NOTA XI - Considera-se o valor do testamento previsto no item 4, alínea "h.1.1", a soma dos valores dos bens nele descritos, ou, não havendo descrição dos bens, o valor definido conforme levantamento feito pelo testador do valor de mercado atual dos referidos bens.				
NOTA XII - Na escritura de divisão, independentemente da quantidade de condôminos, haverá tantas cobranças quantas forem as unidades autônomas resultantes da divisão. A escritura de divisão engloba a divisão de imóveis entre condôminos e também a divisão de patrimônio feita após a lavratura da escritura de separação/divórcio ou de dissolução de união estável.				
Nota XIII - Quando dois ou mais imóveis forem dados em garantia, não lhes tendo sido individualmente atribuído o valor, a base de cálculo para cobrança de emolumentos será o valor do negócio jurídico atribuído ou estimado, dividido pelo número de bens ofertados, sendo feita a cobrança por imóvel.				
Nota XIV - No caso de escrituras de instituição de servidão, os emolumentos terão como base 20% (vinte por cento) do valor do imóvel.				
Nota XV - No caso de imóveis financiados por entidade financeira ou financiados pelo governo do Estado e pelas prefeituras municipais, diretamente ou através de suas companhias habitacionais, os valores finais ao usuário previstos na tabela serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).				
Nota XVI - Nas escrituras de inventário, o excesso na partilha será objeto de uma única cobrança de emolumentos por cedente, que abrangerá a soma do excesso, considerando um só valor mesmo, que haja bens móveis e imóveis, nos mesmos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela.				
Nota XVII - Nas escrituras de cessão de direitos hereditários, será feita uma única cobrança de emolumentos por cedente, sobre o quinhão de cada um, independentemente de serem móveis ou imóveis os bens indicados, nos mesmos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela.				
Nota XVIII - Nas escrituras de permutas de fração ideal de terreno por unidades imobiliárias a serem edificadas, serão cobrados emolumentos sobre a fração ideal transmitida do terreno, bem como por cada unidade imobiliária a ser edificada futuramente.				
Nota XIX - Na escritura de retificação com conteúdo financeiro, a base de cálculo consistirá na diferença entre a base de cálculo dos emolumentos que foi considerada na escritura retificada e aquela efetivamente correta.				
Nota XX - Para fins de cobrança dos emolumentos para os atos previstos no item 2.2, aplica-se o disposto no § 3º do art. 10 desta lei.				
NOTA XXI - Na escritura de estremação, haverá uma cobrança por cada unidade autônoma resultante da estremação.				
NOTA XXII - As transações cuja instrumentalização admita a forma particular, incluindo compromissos e promessas de negócios jurídicos, terão por base o valor total do negócio para fins de enquadramento nas faixas do item 4, alínea "b" desta tabela, e os valores finais previstos ao usuário serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento), devendo sempre ser respeitado o mínimo previsto na 2ª faixa de valores, não se aplicando a redução caso a dispensa da forma pública se dê unicamente em virtude do valor do imóvel. Nos contratos de locação com prazo indeterminado, deverá ser considerado o valor da soma de doze aluguéis mensais. Nos contratos de locação com prazo determinado, considerar-se-á o valor da soma dos aluguéis mensais de todo o período.				
NOTA XXIII - No caso de escrituras públicas para aquisição de imóveis financiados por entidade financeira integrante do SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), SFH (Sistema financeiro de Habitação), por Cooperativas de Crédito ou por Administradora de Consórcio de Imóveis, não serão cobrados arquivamentos e os valores finais previstos ao usuário nesta tabela serão reduzidos em 80% (oitenta por cento).				
NOTA XXIV - Na lavratura de escritura de cessão de direitos possessórios, os atos de constatação da posse serão gratuitos, sendo cabível a incidência apenas dos valores previstos na alínea "b" do item 4 desta tabela, tendo como base o valor do imóvel estabelecido no último lançamento efetuado pelo município, para efeito de cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, ou pelo órgão federal competente, para efeito de cobrança de imposto sobre a propriedade territorial rural, ou ainda, o valor do negócio jurídico.				

PORTARIA Nº 7.864/CGJ/23 - TABELA DE EMOLUMENTOS - EXERCÍCIO 2024

(a que se refere o § 1º do art. 2º da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, atualizado nos termos do caput do art. 50 da mesma lei, e observado o disposto no § 2º do mesmo artigo)

Tabela 8 - Atos comuns a Registradores e Notários

	Emolumentos brutos (B/C do recompe-MG)	ISSQN 5% sobre emolumentos liquidos	Taxa de fiscalização judiciária	Valor final para o usuario
8 - Atos comuns a registradores e Notariado				
1 - Arquivamento (por folha)	R\$ 9.32	R\$ 0.44	R\$ 2.92	R\$ 12.68
2 - VETADO				
3 - Busca em livros e documentos arquivados (por período de cinco anos)	R\$ 6.57	R\$ 0.31	R\$ 2.04	R\$ 8.92
4 - Certidão				
a) De inteiro teor ou em resumo, independente do número de folhas	R\$ 27.68	R\$ 1.31	R\$ 9.78	R\$ 38.77
b) Em relatório conforme quesitos, independente do número de folhas	R\$ 48.43	R\$ 2.28	R\$ 9.78	R\$ 60.49
5 - Diligência (além de condução e hospedagem, quando for o caso):				
a) Nos perímetros urbano e suburbano da sede do município	R\$16.30	R\$ 0.77	R\$ 5.15	R\$ 22.22
b) No perímetro rural da sede do município	R\$ 28.24	R\$1.33	R\$ 8.91	R\$ 38.48
c) Fora desses limites	R\$ 37.88	R\$ 1.79	R\$ 11.91	R\$ 51.58
6 - Levantamento de dúvida:				
a) Levantamento de dúvida, na hipótese de não se efetivar o registro	R\$ 25.17	R\$ 1.19	R\$ 7.90	R\$ 34.26
7 - VETADO				
8 - VETADO				
9 - VETADO				
10 - Tentativa de conciliação - pelo procedimento, excluída a certidão respectiva:				
10.1 - Em atos sem conteúdo financeiro	R\$184.54	R\$ 8.70	R\$ 58.02	R\$ 251.26
10.2 - Em atos com conteúdo financeiro - metade dos valores finais ao usuário do item 4.b da Tabela 1				
11 - Mediação - pelo procedimento, excluída a certidão respectiva:				
11.1 - Em atos sem conteúdo financeiro	R\$ 369.08	R\$ 17.41	R\$116.06	R\$ 502.55
11.2 - Em atos com conteúdo financeiro - os mesmos valores finais ao usuário do item 4.b da Tabela 1 até				
12 - Expedição de certidão relativa a atos notariais e de registro de outra serventia - o mesmo valor da certidão respectiva, garantida à serventia emitente dos dados os valores correspondentes à certidão expedida em meio eletrônico				
13 - Apostilamento de Haia de documentos, independentemente do número de folhas	R\$126.91	R\$ 5.99	R\$ 39.88	R\$172.78

NOTA I - Não serão cobrados valores a título de busca, se dela resultar o fornecimento de certidão.

NOTA II - Os itens 4 e 5 desta tabela não se aplicam aos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais.

NOTA III - O item 4 desta tabela não se aplica aos Serviços de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Registros de Títulos e Documentos.

Nota IV - O procedimento de conciliação será considerado realizado mesmo que a conciliação não seja alcançada e exclui a cobrança pela certidão conforme quesitos que descreverá a controvérsia e a eventual solução acordada entre as partes na presença dos seus advogados.

Nota V - Os itens da tabela de atos comuns não se aplicam quando o mesmo ato tiver cobrança específica na tabela de atos por especialidade.